

# UMA ABORDAGEM DA AGRICULTURA SOBRE OS MODOS DE PRODUÇÃO

Silvania Santana Costa<sup>1</sup> | Auro de Jesus Rodrigues<sup>2</sup> | José Adailton Barroso da Silva<sup>3</sup>  
Raphael Luiz Macêdo Fontana<sup>4</sup>

Geografia



**cadernos de  
graduação**  
ciências humanas e sociais

ISSN IMPRESSO 1980-1785  
ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

## RESUMO

A agricultura passou por diversos estágios de desenvolvimento sob os Modos de Produção. Na atualidade, a modernização da agricultura tem se expandido pelo mundo, numa escala planetária. A modernização tem provocado a subordinação do campo à cidade e a dependência cada vez maior das atividades agrícolas às inovações tecnológicas. O presente trabalho consiste numa análise geográfica da agricultura sobre os modos de produção. Elaborado através de uma pesquisa bibliográfica por membros do Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano (UNIT). Para uma melhor compreensão da agricultura é importante compreendê-la no processo espaço-tempo, entender como surgiu a atividade agrícola e suas diversas transformações no espaço agrário.

## PALAVRAS-CHAVE

Agricultura. Modos de Produção. Geografia.

## ABSTRACT

Agriculture has gone through various stages of development under the Modes of Production. At present, the modernization of agriculture has expanded around the world, on a planetary scale. The modernization has led to the subordination of the country to the city and the increasing reliance of agricultural activities to technological innovations. This work consists of a geographical analysis of agriculture on the modes of production. Prepared by a literature search by members of the State, Capital and Urban Development Research Group (UNIT). For a better understanding of agriculture is important to understand it in the space-time process, to understand how it came to agricultural activity and its various transformations in agrarian space.

## KEYWORDS

Agriculture. Modes of Production. Geography.

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura é de fundamental importância para os seres humanos. A humanidade necessita de alimentos para sobreviver. Além do alimento a agricultura fornece matérias-primas que são utilizadas pelas indústrias e esta fornece tecidos, calçados, papel etc.

A agricultura passou por diversos estágios de desenvolvimento sob os Modos de Produção. Na atualidade, a modernização da agricultura tem se expandido pelo mundo, numa escala planetária, apesar de grandes áreas do mundo ainda praticarem uma agricultura tradicional rudimentar. A modernização tem provocado a subordinação do campo à cidade e a dependência cada vez maior das atividades agrícolas às máquinas, agrotóxicos, fertilizantes, sementes selecionadas, produzidos pelas indústrias, formando verdadeiros agronegócios e surgindo a agroindústria e, também, os complexos industriais.

Hoje, fala-se em transgênicos, biotecnologia, agricultura orgânica, agricultura sustentável, agricultura planejada a partir de imagens de satélites, biocombustíveis, turismo rural etc. São novos e diversos os fenômenos que ocorrem no espaço agrário.

O presente trabalho consiste numa análise geográfica da agricultura sobre os modos de produção. Elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica por membros do Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano (UNIT).

Para uma melhor compreensão da agricultura é importante compreendê-la no processo espaço-tempo, entender como surgiu a atividade agrícola e suas diversas transformações no espaço agrário, sob os modos de produção.

## 2 A AGRICULTURA NA PRÉ-HISTÓRIA

Na pré-história o homem não havia criado a escrita, portanto, o conhecimento que se tem desse período decorre de achados arqueológicos que têm fornecido dados sobre o modo de vida da época.

No período Paleolítico os homens viviam ao ar livre, em bandos e eram nômades, mudavam de região constantemente, devido às variações climáticas ou à procura de novas áreas de caça e de rios mais piscosos. Dependiam principalmente da coleta de frutos e raízes, da caça e da pesca. O nomadismo era uma prática importante para a sobrevivência dos grupos humanos. Pois, mudava-se de uma região para outra sempre que os recursos alimentares diminuía.

O homem do paleolítico não desenvolveu a agricultura, limitando-se seus conhecimentos e suas atividades à caça, a pesca e a coleta. E, para realizar essas atividades dependia bastante das condições do meio natural.

A passagem do Paleolítico para o Neolítico se deu, aproximadamente, entre 10 a 6 mil anos atrás. Assim, a vida nômade foi, aos poucos, sendo substituída por uma vida sedentária em que o homem vivia em aldeias, praticava a agricultura, domesticava animais, desenvolvia a cerâmica e a tecelagem e usava ferramentas especializadas de pedra afiada e polida.

O período Neolítico se caracterizou por uma verdadeira revolução na vida do homem, conhecida como: a *Revolução Agrícola*. Os primeiros conhecimentos sobre a agricultura iniciaram-se quando os homens, pela observação, passaram a compreender a respeito das plantas e dos animais que usavam como alimento. Provavelmente, perceberam que ao caírem as sementes no chão, nasciam e cresciam as plantas. Assim, por meio dessas experiências, tornaram-se hábeis em semear, ceifar, armazenar e moer. Cultivaram trigo, cevada, tubérculos, frutas, hortaliças etc.

Provavelmente a agricultura teria precedido a domesticação de animais e em que as primeiras espécies criadas teriam servido como auxiliares da caça (especialmente o cão) ou como fornecedoras de alimentos.

Com a agricultura, a terra das aldeias se tornou de uso comum e era lavrada coletivamente. Provavelmente, o que se produzia era repartido igualmente entre todos do grupo, havendo trocas entre as aldeias, eventualmente apenas em ocasiões especiais, tais como casamentos ou funerais. A terra, os cultivos, os animais não tinham donos, pertenciam a todo o grupo. Por isso a propriedade era *coletiva*, somente os instrumentos de trabalho e as armas eram de propriedade individual.

Mesmo sendo ainda uma agricultura de subsistência, existia agora uma economia produtora de alimentos e não mais apenas coletora. A divisão do trabalho estava, ainda, relacionada com o sexo.

No período neolítico a população se ocupava em atividades agrícolas, no pastoreio, na tecelagem e na produção de utensílios de cerâmica, de armas e de ferramentas de pedra polida, ainda, bastante rudimentar.

Durante esse período surgiram os primeiros aldeamentos, o homem passa ao processo de sedentarização.

Por volta de 6.000 a.C., principalmente nos vales dos grandes rios como o Nilo, o Tigre, o Eufrates, o Indo e o Ganges, os homens tiveram necessidade de se organizar melhor, a fim de obter uma maior produtividade agrícola. Desenvolveram técnicas de irrigação, inventou o arado e a roda e aprendeu a utilizar a força dos bois (tração animal) e iniciaram a fabricação de ferramentas de bronze, obtido da liga do cobre com o estanho. Inicia-se, assim, a Idade dos Metais.

No final da Idade dos Metais, desenvolve-se o comércio e ocorre o crescimento das cidades. A maioria dessas cidades se originou de aldeias situadas às margens dos grandes rios do Oriente: rio Nilo (África, especialmente no Egito), rios Tigres e Eufrates (Mesopotâmia), rio Indo (atual Paquistão), rio Amarelo e Azul (China).

Com o crescimento das cidades surgiram diversas profissões: ceramistas, tecelões, pedreiro, administradores etc.. Nesse sentido, o trabalho era dividido por profissões. Também, surgiram os primeiros reis, os primeiros Estados, as primeiras classes sociais e os primeiros grandes impérios (conjunto de territórios conquistados por um Estado). Por volta de 3.000 a.C., surge a escrita, determinando o fim da pré-história e o começo da história.

### **3 A AGRICULTURA SOB O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA**

O Modo de Produção Escravista predominou, principalmente, na Grécia e em Roma. Todavia, é importante ressaltar que a prática da escravidão data de épocas pré-históricas, com a disputa de territórios e de recursos naturais, também, com o desenvolvimento do comércio. Pois, o escravo já era considerado uma mercadoria que podia ser trocada por outra mercadoria.

A escravidão era uma situação aceita pelos povos vencedores e logo se tornou uma necessidade para a economia e para as sociedades das civilizações da Antiguidade. Na Mesopotâmia, no Egito, na Índia, na China, na Grécia e em Roma utilizaram trabalho escravo.

Na Grécia e em Roma a camada social mais rica e privilegiada, os grandes proprietários de terras, eram donos da força de trabalho (os escravos), dos meios de produção (terra, gado, minas), dos instrumentos de trabalho (ferramentas, enxadas, carroças) e do produto do trabalho.

A escravidão era um regime social definido pela lei e os costumes, o trabalho ou os serviços de um escravo eram obtidos pela força e a pessoa física é considerada propriedade de seu dono, o qual dispõe de sua vida.

O trabalho escravo era a força motora no desenvolvimento das atividades das civilizações da antiguidade. Era utilizado, principalmente, na agricultura, nas grandes construções, no artesanato e nos serviços domésticos.

Para desenvolver toda essas atividades era preciso cada vez mais trabalhadores, e, por isso, o número de escravo nas civilizações grega e romana foi aumentando. A Grécia e Roma tornaram-se, assim, sociedades escravistas, na qual grande parte da produção e dos transportes ficava a cargo de escravos.

Nos últimos séculos do Império Romano, começava a aparecer problemas na agricultura, no artesanato e no comércio: o sistema escravista entrava em declínio. A grande maioria dos escravos era obtida nas regiões conquistadas. Mas, as guerras de conquista foram diminuindo e o número de escravo que vinha para Roma, também, diminuiu e seu preço aumentou. Foi ficando cada vez mais difícil encontrar escravos para trabalhar nas grandes propriedades. Além, disso, a situação dos grandes proprietários de terras se agravava, devido às constantes revoltas de escravos (CARMO, 1994, p. 108).

Com a falta de escravos, os proprietários passaram a arrendar parcelas de suas terras a trabalhadores chamados de colonos. Estes podiam ser ex-escravos ou pequenos proprietários que não conseguiam pagar os impostos e que entregavam suas terras a um latifundiário. Em troca do direito de cultivar a parcela de terra doada (cedida), os colonos tinham que entregar uma parte de sua colheita ao proprietário; também eram obrigados a trabalhar alguns dias da semana nos domínios do dono da terra. Também, progressivamente, diminuiu o volume de trocas de mercadorias entre o campo e as cidades, pois a agricultura voltava-se para atender as populações do campo.

Grandes partes das populações das cidades começaram a buscar trabalho e proteção no campo, pois muitas cidades eram saqueadas e incendiadas decorrentes das incursões "bárbaras" (CARMO, 1994, p. 109). Assim, as cidades entram em declínio e reduzem suas atividades comerciais. E, finalmente, com as invasões "bárbaras" o Império Romano do Ocidente entra em declínio, no século V a.C., iniciando, assim, a Idade Média e o Modo de Produção Feudal, ocorrendo novas transformações no espaço agrário.

## 4 A AGRICULTURA SOB O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

A transição para o Modo de Produção Feudal foi precedida pelo esvaziamento das cidades e o aumento progressivo da população no campo. Na sociedade rural que se caracterizou a Idade Média, o escravismo gradualmente perdeu a sua importância econômica, sendo substituído pelo regime de *servidão feudal*.

Na Europa Ocidental, os bárbaros levaram para lá seus hábitos, costumes, leis e incorporaram o sistema de *colonato* romano. O longo período entre os séculos V e XV, o comércio, já decadente desde a crise do Império Romano do Ocidente, declina ainda mais. As cidades desaparecem ou reduzem as suas atividades e as atividades agrárias ganham destaque.

O declínio do Império Romano do Ocidente e as invasões bárbaras, em diversas regiões da Europa, favoreceram sensivelmente as mudanças econômicas e sociais que vão sendo introduzidas, principalmente, na Europa Ocidental, e que alteram o sistema de propriedade e de produção, característicos da Antiguidade. Essas mudanças acabaram por revelar um novo sistema econômico, político e social que veio a se chamar *Feudalismo*, ou melhor, o Modo de Produção Feudal.

Esse novo modo de produção que surge na Idade Média tinha, por base, a economia agrária de escassa circulação monetária. A propriedade feudal pertencia a uma camada privilegiada, composta pelos senhores feudais e os representantes da Igreja (o clero).

O poder era representado pela posse da terra, e a concessão dos feudos estabelecia a posição social. Assim, quem concedia um feudo era chamado suserano; quem recebia era um *vassalo*. Entre os senhores, o rei era o suserano de posição social mais elevada, e os vassalos iam dividindo seus feudos e fazendo novas concessões, tornado-se, desse modo, suserano de outros senhores. No topo da hierarquia estava o rei, seguido pelos nobres com vários títulos (duques, condes, viscondes, barões etc.) e finalmente os cavaleiros, os únicos que não podiam dividir suas terras e fazer concessões (MOREIRA, 1998, p. 76).

O modo feudal de produção tinha como estrutura principal *a propriedade do senhor sobre a terra* (os feudos) e *a propriedade limitada do senhor sobre o camponês* (servidão). Era por meio dessa propriedade limitada do senhor sobre o camponês que foi estabelecida a coerção feudal; ela possibilitava que o senhor pudesse exigir tributos (renda-em-trabalho, renda-em-produto e renda-em-dinheiro) dos camponeses (OLIVEIRA, 1987, p. 14-15).

O camponês não era um escravo e não podia ser vendido como mercadoria, como ocorria com o escravo. O camponês estava subordinado ao senhor feudal decorrente da concessão de terras e devendo pagar tributos pela utilização das mesmas. O

camponês era dono de sua vida e trabalhava para si; era obrigado, porém, a pagar tributos ao senhor feudal; também, era obrigado a permanecer nas terras do senhor feudal.

A principal unidade econômica de produção era o feudo, pertencente ao senhor feudal, que era dividido em três partes: a propriedade do senhor feudal chamada, *manso senhorial*; o *manso servil*, que correspondia à porção de terras cedidas aos camponeses e era dividida em lotes (parcelas); e ainda o *manso comunal*, constituído por terras coletivas; como: pastos e bosques, usadas tanto pelo senhor feudal quanto pelos servos.

O *manso senhorial* eram as terras diretas de domínio exclusivo do nobre feudal e abrigavam as suas habitações, o castelo, as construções destinadas à exploração agrícola, as oficinas e as casa dos servos que trabalhava diretamente para o senhor feudal.

O *manso servil* (as parcelas) formavam a outra parte das terras do feudo, que eram divididas e concedidas aos camponeses. Estes, por sua vez, ficavam obrigados a entregar tributos exigidos sobre a produção de sua parcela e, também, prestar dias de trabalho pessoal (*corvéia*) para a exploração do domínio direto do senhor. Em geral, eram de dois a três dias. Além disso, estavam os servos camponeses obrigados a utilizar o moinho ou o forno senhorial, pelos quais, também, pagavam em produto. O tributo entregue pela cessão da terra e pelo uso do moinho eram rendas-em-produto transferidas dos camponeses ao senhor feudal (OLIVEIRA, 1987, p. 16).

A renda-em-dinheiro vai aparecer no final do feudalismo, na transição para o capitalismo. O senhor vai exigir que o camponês venda os seus produtos no mercado e pague o tributo pela cessão de terras em dinheiro.

Nas parcelas os camponeses realizavam a *cultura dos três campos*; cada família camponesa recebia três parcelas, realizando a rotação dos campos: um dos campos era plantado com um tipo de cultura, o segundo, com outro tipo e o terceiro ficava em pousio (descanso), para a terra recuperar a fertilidade. No ano seguinte mudava-se de campo e assim ia-se promovendo a rotação das culturas.

As terras comunais eram bosques, prados e terrenos baldios, utilizados pelos nobres e os camponeses. Nos bosques a nobreza praticava a caça. Já os camponeses levavam seus animais para pastar nos prados e podiam retirar madeiras dos bosques, mas eram proibidos de caçar. Esta era uma atividade somente para os nobres feudais (CARMO, 1994, p. 134).

Na aldeia, existia a casa e o quintal (propriedades privadas dos camponeses). No quintal, o camponês tinha as oficinas necessárias à sua exploração e uma pequena parcela de terra ao redor, onde cultivava legumes, fruteiras, linho etc. A aldeia era marcada pela presença do conjunto das casas e quintais dos camponeses do feudo e localizava-se geralmente nas proximidades do castelo. Ao redor da aldeia ficavam os campos de cultivo e os campos de uso comum (OLIVEIRA, 1987, p. 17).

Segundo Andrade (1987, p. 37), nos fins da Idade Média, o comércio alcançaria maior desenvolvimento; os burgueses que viviam nas cidades e faziam oposição aos senhores feudais passaram a ter influência política junto aos reis absolutos. O aumento de influência da burguesia permitiria o crescimento das cidades com funções comerciais, daria maior importância ao dinheiro, em relação à propriedade da terra, e desagregaria a vida feudal, fazendo com que os camponeses libertos passassem à condição de assalariados, na indústria manufatureira nascente.

A busca de riqueza e a intensificação do intercâmbio entre o Ocidente e o Oriente provocaram o desenvolvimento cultural e a difusão de instrumentos que teriam grande importância nas transformações econômicas e sociais que seriam feitas nos séculos: XV, XVI e XVII, nos chamados Tempos Modernos.

Assim sendo, nos finais da Idade Média, as cruzadas, as peregrinações aos lugares santos, o renascimento do comércio entre a Europa e o Oriente, o renascimento das cidades e a ascensão da burguesia, iriam contribuir para o surgimento do Modo de Produção Capitalista e a passagem da Idade Média para Idade Moderna.

## **5 A AGRICULTURA SOB O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Em geral, considera-se que a transição do feudalismo para o capitalismo ocorreu entre o final da Idade Média (séculos III a XIV) e o início da Idade Moderna (séculos XV a XVI).

No final da Idade Média, emergia a economia de mercado monetário. O senhor feudal já não cobrava ao camponês por meio da renda-em-produto ou em renda-em-trabalho pela cessão de terras. O tributo, agora, passava a ser por meio da renda-em-dinheiro. A vida para o camponês foi ficando cada vez mais difícil. Seu senhor feudal queria cada vez mais dinheiro. A Igreja reclamava que ele não estava pagando certo o dízimo.

O crescimento da população e dos mercados urbanos fez aumentar a procura por cereais e os senhores feudais passaram a expulsar os camponeses de seus domínios. Com isso aumentavam as terras pertencentes aos nobres e também os contingentes de proletários urbanos, decorrente da migração do camponês para a cidade. Lutas eram travadas entre a nobreza e os camponeses (este último para permanecer nas terras) e o resultado sempre era favorável aos nobres, que obtinham do Estado o auxílio necessário para derrotá-los (OLIVEIRA, 1987, p. 19-20).

Esse processo de transformação das relações feudais de produção foi atravessado por um grande número de guerras camponesas. Na Inglaterra, entre os séculos XVI e XVII, os cercamentos praticamente varreram os camponeses dos campos de cultivo e em seu lugar surgiram os arrendatários capitalistas, muitos destes novos produtores passaram a criar carneiros para abastecer as manufaturas de lã das cida-



des. Na França, a Revolução Francesa (1789) aboliu os últimos direitos dos senhores feudais e a comunidade aldeã deu lugar a propriedade camponesa familiar. No Leste Europeu, o fortalecimento dos senhores feudais deu origem a uma espécie de segunda servidão. Os senhores feudais passaram a utilizar as relações feudais para produzir mercadorias que enviavam para outras regiões da Europa; as terras de domínios dos senhoriais foram dando origem às grandes propriedades agrícolas do Leste Europeu (OLIVEIRA, 1987, p. 25-26).

Nessa época, entre os séculos XV e XVI, ocorria, também, a ascensão da burguesia mercantil, a formação das Monarquias Nacionais, a afirmação da cultura renascentista e o fim da unidade cristã na Europa ocidental em decorrência da Reforma Protestante. No contexto econômico europeu altera-se profundamente com o término das Cruzadas no século XIII, o que provocou a reabertura do mar Mediterrâneo e o Renascimento Urbano e Comercial. O comércio nesse período era dominado por importantes cidades portuárias italianas que controlavam a ligação da Europa ocidental com os principais centros comerciais do Oriente Próximo.

Na esfera social, destaca-se a ascensão da burguesia, que desenvolveu-se enquanto classe, com o próprio crescimento do comércio monetário. Numa economia que tendia cada vez mais para as atividades comerciais e urbanas. Assim, a burguesia, alia-se aos reis, buscando o apoio necessário para poder desenvolver suas atividades econômicas e se fortalecer frente aos senhores feudais. A aliança da burguesia com o rei dá início a formação dos Estados Nacionais Absolutistas.

Com o absolutismo e com o mercantilismo, o Estado aliado à burguesia passava a controlar a economia e a buscar colônias para adquirir novas mercadorias por meio da exploração. Isso para garantir o enriquecimento da metrópole.

O desenvolvimento do capitalismo foi impulsionado pela expansão marítimo-comercial da Europa, nos séculos XV e XVI, resultando no descobrimento de novas rotas de comércio para o Oriente e a conquista e colonização da América.

A Inglaterra rompeu com o sistema feudal, abrindo espaço para o avanço do capitalismo. Promoveu medidas como a transformação da estrutura agrária, a modificação das relações trabalhistas no campo, o aperfeiçoamento da técnica de produção. Estabeleceu-se um acordo político e econômico entre a burguesia das cidades e a nobreza rural: as duas classes promoveram o desenvolvimento econômico inglês, e o país tornou-se a maior potência comercial da época. Lançavam-se as bases para o desenvolvimento do capitalismo industrial.

A Inglaterra foi o berço da atividade industrial e isso pode ser explicado por alguns fatores ou acontecimentos: a) acúmulo de capitais proveniente do mercantilismo e do colonialismo (séculos XVI ao XVIII); b) O Estado sob o controle da burguesia

desde a Revolução Gloriosa (1688), que implantou a primeira monarquia parlamentar; c) possuidora de reservas de carvão mineral e minério de ferro; d) materiais-primas provenientes de suas colônias; e) excesso de mão de obra causado pelo êxodo rural (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p. 136).

A primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, no final do século XVIII, foi possível tendo em vista o acúmulo de capital, proveniente do mercantilismo. É nesse país que surgem e se expandem as fábricas, há o uso da máquina a vapor, ocorre uma maior divisão do trabalho e, conseqüentemente, o aumento da produção. Já na segunda metade do século XIX, ocorreu a segunda Revolução Industrial, neste caso, há a inserção de outros países no processo de industrialização (França, Alemanha, Holanda, Bélgica, Itália na Europa; Estados Unidos e Canadá, na América e Japão, na Ásia), proporcionando assim, a expansão do capitalismo.

Já na terceira Revolução Industrial, que se iniciou na década de 1970, alterou o cenário produtivo mundial, devido ao surgimento de tecnologias microeletrônica e da transmissão de informações sobre a automatização e robotização dos processos produtivos. Além disso, surgiram novos ramos industriais, como as indústrias de computadores e de softwares, robótica e de biotecnologia, química fina e de telecomunicações, que utilizam mão de obra qualificada.

Desse modo, as indústrias se difundem por todo o mundo em busca de matéria-prima mais barata, incentivos fiscais, mão de obra barata e qualificada e mercado consumidor objetivando a acumulação de capital.

Atualmente, a realidade mundial tornou-se mais complexa. O desenvolvimento do capitalismo afastou-se cada vez mais da fase concorrencial, e penetrou na fase monopolista do grande capital, das grandes empresas multinacionais. A urbanização acentuou-se e metrópoles e megalópoles começaram a se constituir e o espaço agrário sofreu modificações em função, principalmente, da industrialização e da mecanização.

As paisagens agrárias cada vez mais são transformadas pelo processo de mecanização e a utilização de insumos. A expulsão do homem do campo com sua migração para a cidade; a subordinação da agricultura à indústria e a formação de paisagens homogênea, como os "cinturões" do café, cana-de-açúcar, trigo, milho, algodão e soja, é uma realidade que se dispersa pelo mundo e veio para ficar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, a modernização da agricultura tem se expandido em diversas partes do mundo e tem atingido, seja ele um grande ou pequeno agricultor, como um empresário rural. Diversos países têm investido em pesquisas, visando reduzir as áreas de

cultivo, mas elevar a produção e os rendimentos dessa mesma área, isto é, busca-se uma agricultura moderna e eficiente com altas produtividades, utilizando-se de novas tecnologias, com a minimização de custos e a maximização dos lucros para o agricultor. A expansão do conhecimento humano, por meio de novas descobertas e de novas tecnologias, tem trazido diversas inovações para a agricultura. Todavia, é importante destacar que grande parte das áreas agrícolas do mundo ainda não dispõe dos pacotes tecnológicos, oferecidos pelos centros de pesquisas e a indústria, principalmente nos países subdesenvolvidos que tem aumentado a produção agrícolas a partir de abertura de fronteiras agrícolas em seu países, provocando o desmatamento de florestas e o desequilíbrio ambiental.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo** agrário em questão. São Paulo: ANPOCS, 1992.

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Geografia**. São Paulo: Ática, 2002.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRADE, M. C. de Andrade. **Nordeste: alternativas da agricultura**. São Paulo: Papyrus, 1992.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem do nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

CARMO, Sônia Irene do. **História: passado presente**. 2.ed. São Paulo: Atual, 1994.

COELHO, Marcos de Amorim; SOARES, Ligya Terra. **Geografia do Brasil**. 5.ed. reform. e atual: Moderna, 2002.

DINIS, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1986.

GRAZIANO NETO, P. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense. 1982.

LAMACHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1993.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio. **Geografia geral e do Brasil**: espaço e globalização. São Paulo: Scipione, 2000.

MOREIRA, José Roberto. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Agricultura brasileira**: transformações recentes. In: ROSS, Jurandir L. Sanches (Org.). Geografia do Brasil. 5.ed. rev. e ampl. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

---

**Data do recebimento:** 18 de julho de 2014

**Data da avaliação:** 18 de Julho de 2014

**Data de aceite:** 30 de Setembro de 2014

---

**1** Doutoranda em Educação pela PUC/RS/UNIT/SE; Docente da Universidade Tiradentes; Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano (UNIT). E-mail: silandsan@gmail.com

**2** Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; Docente da Universidade Tiradentes; Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano (UNIT). E-mail: rodriguesauro@gmail.com

**3** Doutorando em Geografia pela UFS/SE; Docente da Universidade Tiradentes; Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano (UNIT). E-mail: adailtonbarroso@gmail.com

**4** Acadêmico em Geografia pela Universidade Tiradentes (6º Período); Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano (UNIT). Campus Centro. E-mail: rluizmf@hotmail.com